

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA TEXEIRA DE MOURA

Estudo histórico demográfico sobre as unidades familiares escravas do arraial Santa Luzia
(1749-1760)

Brasília

1º/2020

RAFAELA TEIXEIRA DE MOURA

Estudo histórico demográfico sobre as unidades familiares escravas do arraial Santa Luzia
(1749-1760)

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao departamento de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do grau de licenciatura em
História.

Orientador: Prof^o Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Brasília

1º/2020

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiro a minha família, que me deu suporte nas minhas etapas de estudo, desde o início de minha formação. Agradeço especialmente a minha mãe, Lourdes, que me ajudou a vencer a dislexia e sempre me incentivou às leituras e à escrita. Ao meu irmão, Mateus, pela companhia, carinho e por incentivarem e acreditarem em mim, em momentos de maior dificuldade. Também ao meu pai, Robson, que, além do companheirismo e apoio, foi quem sempre se mostrou aberto a me ajudar em todas as áreas do conhecimento possíveis.

Os meus agradecimentos também vão a todos os meus professores do ensino básico, por terem me oferecido toda a base necessária para entrar na universidade. E em especial, a todos os meus professores de história, que além de me proporcionar conhecimentos, me abriram os olhos para um pensamento crítico e despertaram em mim o interesse de me aprofundar e profissionalizar em uma área do conhecimento tão importante para mim.

Tão importante quanto, fica aqui a minha mais sincera gratidão a todos os docentes que tive a oportunidade de me passarem seus ensinamentos. Ampliando cada vez mais a minha visão de mundo e aguçando a minha curiosidade me dando acesso a todos esses profissionais, assim como auxiliando na minha profissionalização. Tenho gratidão pela UnB, essa instituição que tanto me ofereceu para o crescimento pessoal.

Para a construção dessa monografia, gostaria de agradecer ao Arquivo Público do DF, que com muito carinho me atendeu e disponibilizou a maior parte das fontes encontradas nesse trabalho, e ao doutor Jason Hugo, que indiretamente me deu o pontapé inicial para os estudos relacionados a história de Santa Luzia (atual Luziânia-GO).

Em especial, aqui deixo a gratidão de trabalhar com meu caro orientador Luiz Paulo Ferreira Nogueiról. Muito mais do que ótimo professor, foi um excelente guia na minha introdução à produção acadêmica, desde a produção do ProIC até a monografia. Sempre de maneira acessível a todas as possíveis dúvidas e dificuldades.

Resumo

As descobertas de minas de ouro em Minas Gerais ampliaram a influência e a força dos bandeirantes para a exploração do território focados, nas décadas finais do século XVII, nas regiões ao norte e noroeste de Minas Gerais. Dessas jornadas, novas terras são dominadas e aparecem novas capitânicas como a capitania de Goiás (fundada em 1748). Essas capitânicas, apesar de não serem centros econômicos do Brasil do século XIX, tinham sua importância econômica e também estavam fortemente relacionadas ao comércio de escravos. Resultado dessas descobertas, Santa Luzia foi fundada no ano de 1747, quando da nomeação do bandeirante Antônio Bueno de Azevedo como Superintendente e Guarda-mor das minas da freguesia. A partir dela chega um intenso fluxo de pessoas em um curto período de tempo no auge de sua mineração, tendo a escravidão como peça central.

Entre as características acima mencionadas se encontra o tema sobre o qual a minha pesquisa pretende se tratar. Na historiografia recente a respeito dos aspectos relacionados à vida em cativeiro, vemos um padrão onde as uniões entre cativos se veem atrapalhadas pela desproporção entre o número de homens e mulheres. A maioria das hipóteses apontam o tráfico negreiro e as preferências de compras dos senhores como principal motivo dessa desigualdade. Boa parte dos estudos focaram regiões com compra direta de escravizados, onde os senhores preferem homens jovens adultos e têm pouco interesse pela constituição de famílias dentro das senzalas. Junto às altas taxas de mortalidade e às baixas taxas de natalidade, os escravizados se apresentam sempre com maioria de homens. Com a maioria dos trabalhos voltados a grandes centros exportadores, como isso funcionava em freguesias menores, com menor influência direta do tráfico internacional? Como objeto de estudo visto estudar o arraial de Santa Luiza, atual Luziânia, através dos registros disponibilizados pelo município.

Palavras-chave: Escravidão. Século XIX. Santa Luzia. Família escrava

Abstract

The discoveries of gold mines in Minas Gerais increased the influence and strength of the pioneers for the exploration of the territory focused on the regions to the north and northwest of Minas Gerais at the end of the 17th century. From these days, new lands are dominated and new captaincies appear, such as the captaincy of Goiás (founded in 1748). These captaincies, despite not being economic centers in 19th century Brazil, had their economic importance and were also strongly related to the slave trade. As a result of these discoveries, Santa Luzia was founded in the year 1747, when the bandeirante Antônio Bueno de Azevedo was appointed as Superintendent and Chief Guard of the parish mines. From it comes an intense flow of people in a short period of time at the height of its mining, with slavery as the centerpiece.

Among the characteristics mentioned above is the topic on which my research intends to deal. In recent historiography regarding aspects related to life in captivity, we see a pattern where unions between captives are hindered by the disproportion between the number of men and women. Most hypotheses point to the slave trade and the purchasing preferences of the masters as the main reason for this inequality. Much of the studies focused on regions with direct purchase of slaves, where the lords prefer young adult men and have little interest in building families within the slave quarters. Along with the high mortality rates and low birth rates, the enslaved are always present with a majority of men. With most of the work aimed at large exporting centers, how did this work in smaller parishes, with less direct influence from international traffic? As an object of study I aim to study the village of Santa Luiza, currently Luziânia, through the records made available by the municipality.

Keywords: Slavery. XIX century. Santa Luzia. Slave family

Índice de Tabelas

TABELA 1 - PRODUÇÃO DO OURO EM GOIÁS.....	20
TABELA 2 - ESCRAVOS NAS MINAS - ANO DE 1783.....	22
TABELA 3 - ESCRAVOS NA PRODUÇÃO COMPLEMENTAR À MINERAÇÃO – ANO 1783.....	22
TABELA 4 - MÃES POR CONDIÇÃO DECLARADA NA CERTIDÃO DE BATISMO:.....	25
TABELA 5 - ESTADO CIVIL DA MÃE	26
TABELA 6 - CONDIÇÃO DOS PAIS (1749-1760).	27
TABELA 7 - RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES ESCRAVAS (1749-1760).....	28
TABELA 8 - RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES FORRAS (1749-1760).	29
TABELA 9 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES LIVRES (1749-1760).....	29

Índice de Quadros

QUADRO 1 - AUSÊNCIA E PRESENÇA PATERNA, DE ACORDO COM O ESTADO CIVIL E O STATUS SOCIAL DAS MÃES (1749-1760).	27
---	----

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO 1 “PARCIALIDADE E LAÇOS FAMILIARES”	11
2.1	SOCIEDADE COLONIAL E A LÓGICA PERSONALISTA	11
2.2	TRÁFICO NEGREIRO E A FAMÍLIA ESCRAVA	14
2.3	COMPADRIO E A MOBILIDADE SOCIAL	16
3	CAPÍTULO 2 “ECONOMIA E DEMOGRAFIA NA FREGUESIA DE SANTA LUZIA”	18
3.1	A DESCOBERTA DO OURO E A OCUPAÇÃO LUSO-BRASILEIRA	18
3.2	NOÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO E ESCRAVIDÃO.....	21
4	CAPÍTULO 3 - SANTA LUZIA: ANÁLISE DOS BATISMOS.....	24
4.1	LAÇOS MATERNOS	24
4.2	PATERNIDADE EM SANTA LUZIA.....	27
4.3	COMPADRIO POR CONDIÇÃO	28
5	CONCLUSÃO	31
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira até a década de 60, tendeu a negar a existência de organizações familiares entre os escravizados, ideia que permanece até hoje no imaginário social de nosso povo. Três autores se destacam na construção desse imaginário social. O primeiro e mais conhecido é Gilberto Freyre, que em 1933 publica “Casa Grande Senzala”. Nele, Freyre implementa as primeiras ideias dessa “patologia”, onde o negro é colocado como promiscuo, mas tudo a serviço do “branco”. Ou seja, como reflexo das relações de poder dentro da sociedade escravista. Para Caio Prado Júnior, a escravidão gerou uma deformação de caráter e cultura sobre todos os que participavam desse sistema. Nesse período tem-se a formação da Escola Paulista de sociologia, que começa a combater a ideia de democracia racial. Dela surge Florestan Fernandes, que em 1965, escreve sobre o incentivo dos senhores em desmobilizar uniões e solidariedades entre escravos (tendo como resultado a destruição da família até mesmo após abolição).

Essa negação não perdura mais no cenário acadêmico atual, autores como Schwartz, Slenes, Florentino e Goes, dedicaram-se ao estudo da estrutura familiar e lograram grandes avanços na interpretação dos dados. As mudanças mostram que as unidades familiares, apesar de nem sempre serem oficializadas pela igreja, constituíam presença considerável nas documentações por eles estudadas. Uma das visões que se estabeleceram como consenso entre os autores é a influência econômica sobre a formação das famílias (desequilíbrio dos sexos como bloqueio, baixas taxas de natalidade entre os escravizados e propriedades maiores como mais estáveis), vantagens do casamento tanto para escravos (melhores condições de vida) quanto para o senhor (maior controle interno), e batismo com implicações sociais importantes (possibilidades de ascensão).

A maioria das pesquisas acerca da influência econômica na formação das famílias cativas focavam em áreas litorâneas, que já possuem grande relevância na historiografia brasileira, uma vez que possuíam importância econômica gigantesca. Com o objetivo de estudar uma história mais próxima e tentar comparar as possíveis diferenças entre os dados encontrados nessas grandes regiões, decidi me dedicar ao estudo das famílias cativas na freguesia de Santa Luzia (atual Luziânia-GO). Uma área de estudo que vem crescendo, mas que ainda se encontra tímida.

Graças ao Arquivo Público do Distrito Federal, nos últimos anos vêm sendo digitalizados vários documentos históricos do Distrito Federal e do Entorno. A parceria com o governo local envolveu a digitalização de registros de batismo, de óbitos e até de posse de terras do antigo arraial Santa Luzia. Foram digitalizados também alguns livros de batismo, dos quais

dois foram selecionados para a realização dessa monografia, os quais cobrem o lapso temporal de 1749 a 1760.

Essa monografia privilegiou o estudo das famílias escravas do século XVIII fazendo comparações a partir dos dados de crianças nascidas de mães livres, forras e cativas, confrontando os registros de Santa Luzia com os relatados pelos principais estudos que regem a historiografia hegemônica. Com o trabalho de transcrição, e com a coleta de dados demográficos, transformei as informações em tabelas para mais facilmente interpretá-los. Com base nas leituras dos documentos históricos e nas análises dos dados encontrados, busquei um padrão para os indicies demográficos.

Dessa forma, no primeiro capítulo apresento alguns dos aspectos mais gerais da historiografia sobre a formação da sociedade brasileira, enfatizando a relevância das relações pessoais e familiares para o estabelecimento da situação dos indivíduos; no segundo capítulo apresento algumas das características da formação da sociedade goiana no século XVIII. No terceiro, por fim, apresento parte dos dados de batismos em Santa Luzia.

2 CAPÍTULO 1 “PARCIALIDADE E LAÇOS FAMILIARES”

2.1 SOCIEDADE COLONIAL E A LÓGICA PERSONALISTA

Afim de compreender da melhor forma possível a organização e funcionamento da sociedade do “Brasil colônia”, é quase impossível não retomarmos a uma de nossas raízes, Portugal. O sistema econômico e a estrutura social da metrópole possuem uma ligação íntima com a forma como o Antigo Regime dos “colonizadores” se desenvolveu e como essas características se adaptaram à realidade da colônia.

As construções das lógicas marcantes no País até hoje refletem a formação portuguesa do Antigo Regime. Em O Arcaísmo como projeto, escrito por João Fragoso e Manolo Florentino, os autores resumem de maneira didática os traços gerais da sociedade portuguesa e como ocorreram pequenas mudanças ao longo do tempo. Eles falam de dados que indicam que cerca de 80% das terras do território pertenciam à aristocracia e aos eclesiásticos, nos informam sobre o não desenvolvimento das cidades e sobre a manutenção de suas funções restritas a apenas questões administrativas e mercantis, sendo sua indústria reduzida à produção artesanal. Um local onde não havia o desenvolvimento da indústria, e apesar de suas características agrárias, mal conseguia alimentar sua população com sua produção (necessitando até de importar alimentos).

Com a ampliação da colonização ultramarina, abre-se a possibilidade de manutenção da ordem vigente, preservando-a sem mudanças revolucionárias. Florentino e Fragoso (1996, 27 p.) afirmam que:

“Estamos, enfim, diante de uma realidade na qual prevalecem valores não capitalistas, para quem ascender na hierarquia social necessariamente implica em tornar-se membro da aristocracia. Por isto, aliás, a enorme propensão dos meios mercantis à aristocratização (apud GODINHO, 1975:103p.)

Para os autores, essa manutenção cria a ideia de uma aristocracia mercantil, e com a possibilidade de os mercadores comprarem títulos e passarem a participar dessa elite social além de gerarem uma hierarquia muito estratificada, geram alguma mobilidade social. Essa forma de hierarquização é herdada pela sociedade colonial brasileira. Chegando à conclusão de que:

“O ponto de vista assumido por este trabalho é o de que, para além das frações dominantes coloniais, a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema monocultor e exportador, visava reproduzir em continuidade (i.e., no tempo) uma hierarquia altamente diferenciada. Por se tratar de

estratificações assentadas no escravismo, a viabilização tinha por pressuposto a própria reprodução de poder: afinal, eram mecanismos extra econômicos os vetores que impeliam o cativo ao trabalho (SCHWARTZ, 1988, p. 29)

Schwartz, que escreve sobre a escravidão no Brasil em Segredos internos, complementa essas ideias ao mencionar o sistema escravista como parte essencial dessa mobilidade social. Para ele, a sociedade brasileira era muito mais complexa e possuía uma dimensão muito maior do que o dualismo entre senhor e escravo. Ela conseguiria conciliar múltiplas hierarquias, elas variavam de acordo com a função exercida pelo indivíduo, a cor da pele e as suas conexões de parentesco. Havia a tendência a conciliar e legitimar o status mais elevado com os outros atributos tradicionais e de estilo de vida.

“...O Brasil, de certo modo, demonstrou uma flexibilidade da sociedade por ordens e sua adaptabilidade a novas categorias e situações sociais. A escravidão da grande lavoura no Brasil transformou e ampliou as categorias tradicionais(...). Entretanto, ao mesmo tempo, desenvolveu novos princípios de hierarquia baseados na raça, aculturação e condição social. A sociedade escravista brasileira não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa.” (SCHWARTZ, 1988, p. 213)

Schwartz também discorre sobre a multiplicidade de status entre escravizados e as diferentes raças que existiam no Brasil. Sendo uma das principais formas de ascensão social a possibilidade (mesmo que pequena) dos escravos comprarem a alforria de maneira legal, e atingirem um novo patamar dentro dessa estratificação. Embora a diferenciação entre mão de obra escrava e a livre possuísse poucas diferenças aos olhos dos grandes senhores de escravo:

“.... Finalmente, a particular necessidade que tinha o engenho de trabalhadores especializados, artesãos e feitores criou oportunidades de diferenciação entre os cativos e funções que podiam ser exercidas por trabalhadores assalariados. Essa ocupação mais vantajosa oferecia um lugar no regime dos engenhos para os indivíduos livres e os mestiços, produtos da alforria ou miscigenação. (SCHWARTZ, 1988, p. 215)

Essa visão contradiz, em parte, a apresentada por um dos pais da história do Brasil colônia, Sergio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, Holanda defende a ideia de que a vida na sociedade colonial não apresenta quase nenhuma estrutura. Holanda fala que é significativo termos as heranças de uma nação ibérica, características como a frouxidão da estrutura social, que as ligações entre os indivíduos, ainda que dependentes das condições de nascimento, continham um elevado grau de interdependência pessoal entre pessoas de origens

distintas. As hierarquias existem, mas não impedem a ascensão social e favorecem as relações de parentesco biológico e religioso, como no caso dos compadrios. Ele coloca que, sempre que possível, ao subirem a quantidade de sua renda, tentavam abandonar a sua “classe inicial” buscando o título de nobreza (não trabalhar com as mãos).

Para ele, esse elemento anárquico que os portugueses constroem ao chegarem aqui se fez com desleixo e com um certo abandono quando comparados a forma de colonização da América Espanhola, que já estruturava a sua colônia em cidades. A ocupação do território teria sido realizada por “aventureiros” (energias e esforços que se dirigem à recompensa imediata são enaltecidos, “seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore”). Uma das consequências do sistema econômico do Brasil e da escravidão foi a falta de uma cooperação entre as demais atividades produtivas a exemplo dos grêmios e corporações de ofício. No Brasil existiam, mas com “os moldes perturbados” da tradição portuguesa. Sempre que possível, ao auferirem mais rendas, os trabalhadores braçais tentavam abandonar a sua “classe inicial” buscando o viver nobremente, isto é, sem trabalhar com as mãos.

Holanda fala da ideia de que uma família tradicionalmente patriarcal também se estabelece no território colonial. Assim como em Portugal, aqui a dinâmica de distinguir os domínios públicos e privados é falha, para não se dizer nula. O desfecho dessa dificuldade é o estabelecimento de uma gestão que girava em torno de interesses particulares e não de um objetivo coletivo, a exemplo da nomeação de conhecidos para as funções públicas. A instituição mais beneficiada dessa situação é a família e os círculos próximos, uma vez que essa leva a preferência devido às possibilidades de troca de favores. É essa troca de favores, mediada pelos afetos, que gera a ideia do “homem cordial” tão presente no Brasil.

“Seria um engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidades. São antes de tudo expressão legítimas e um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.” (HOLANDA, 1936, p. 147p.)

Mesmo com visões diferentes sobre a sociedade brasileira colonial, os aspectos acerca da parcialidade das escolhas (priorizando os interesses particulares em lugar dos coletivos) e a sua relação com a ascensão social através dela (sendo uma hierarquia forte com mobilidade, como exposta por Schwartz, ou sem uma estrutura rígida, de acordo com Holanda), podemos notar a sua lógica como nitidamente personalista. Há a concordância também acerca da importância dos laços familiares dentro dessas escolhas parciais.

Após a mudança dos interesses historiográficos das décadas de 60 e 70, surgem várias produções acadêmicas que saem do foco das elites econômicas e políticas da colônia e entram no mundo, até então pouco explorado, das camadas “esquecidas”. Seria muito ingênuo achar

que essas formas de personalismo só ocorreriam em famílias das classes ricas da sociedade. Entrando nesse território de estudo, é interessante discorrer um pouco sobre a estrutura familiar escrava e sua relação com a economia, para podermos explorar como as formas de parentesco influenciaram as questões sociais.

2.2 TRÁFICO NEGREIRO E A FAMÍLIA ESCRAVA

Para a compreensão geral da relação entre economia e a formação de laços familiares entre os cativos, usaremos alguns dos autores que são referência no assunto com o objetivo de fazer uma revisão historiográfica: Stuart B. Schwartz, Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Goes. Eles realizaram estudos sobre a escravidão, a economia e a construção familiar focados em áreas de grande influência do tráfico negreiro, durante o auge das produções exportadoras (Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo).

Entre várias semelhanças, é interessante dar enfoque na mais marcante, a composição demográfica dessas regiões. Nas três capitanias que foram analisadas o número de escravizados representam uma enorme parcela da população geral. Há estimativas de eles terem formado de 1/3 a 2/3 da população durante o cume das atividades econômicas. Devido ao tipo de mão de obra escrava que os senhores escolhiam, em grande maioria, os escravos eram homens que vinham da África Central (Angola, Congo, Costa da Mina e Golfo de Benin). As preferências na hora de escolher os cativos geram, na visão dos autores, dois resultados que interferem na formação dos laços familiares.

Por um lado, a clara preferência por homens adultos gerou uma desproporção entre os sexos dos escravizados. Essa diferença, por motivos claros, gera um empecilho para a formações de casais. Mesmo assim, não foi o que impediu a formação dessas uniões. Com o cruzamento de outras fontes eclesiásticas, é possível subir cerca de 20% dos indices gerais. Quanto maior a *plantation*, maior sua proximidade com o parentesco e maior a efetivação desses laços. Quanto maior o fluxo do tráfico, mais conflitos entre os escravos.

“ À primeira vista, nenhuma surpresa: de 1790 a 1830, era uma constante o desequilíbrio entre homens e mulheres cativos no interior das propriedades de todos os tamanhos – os homens representavam entre 55% e dois terços de toda a escravaria em todos os intervalos de tempo. ”
(FLORENTINO, 1997 p. 51)

Por outro, a concentração dessas populações e a proximidade das origens são apontados como fatores que reforçam a herança cultural africana, tendo a África central (grupo etnolinguístico bantu) como núcleo cultural comum. Apesar de não serem as mesmas

sociedades e culturas, a similaridade entre elas gera afinidades internas e a vontade da manutenção de suas raízes. E de acordo como Slenes, no livro “*Na senzala, uma flor*”, a busca por manter as heranças culturais de seus antepassados e ampliar laços de camaradagem se refletem nos casamentos, preferencialmente pelos casamentos endógamos. Mesmo com a tentativa de apagar o passado dos escravizados, os meios de resistência, entre elas as formações de unidades familiares, são bastante comuns na colônia. Slenes também fala sobre algumas vantagens econômicas, como senzalas separadas para as famílias, possibilidade de plantio e criação de alguns animais (em casos específicos de propriedades tamanho grande).

Em sua pesquisa, Slenes encontra em Campinas que o número de mulheres casadas variava (53% a 62%) dependendo da propriedade. Ele também fala que, no caso das crianças batizadas, 60% delas tinham o nome de ambos dos pais em seu registro. Levantando até a hipóteses de uma flexibilização do termo legítimo, dado que bebês nascidos antes do casamento também eram batizados como legítimos. Florentino e Goes, chegam com números similares para a situação do Rio de Janeiro, cerca de 25% a 35% dos escravos estavam unidos por laços familiares primários (oficializados pela igreja), no período de 1790 a 1830. Ressalte-se, de todo modo, que o estudo dos dois foi menos centrados nos batismos e mais focados na duração do contato entre as crianças e os pais. Os autores concluem que até os 4 anos, sete entre dez crianças conviviam com o pai e/ou a mãe. Entre os 5 e os 9 anos, oito de cada 10 crianças, já os que tinha entre 10 e 14 anos os índices passam de duas entre três.

Com a ampliação das fontes de pesquisas, complementando os tradicionais livros de batismo e óbitos, e estudando processos jurídicos e narrativas de contemporâneos ao período, é possível constatar a existência desses casamentos e a formação de laços (sanguíneos e não sanguíneos), mesmo fora da formalização da igreja. Há exemplos, inclusive, em descrições do cotidiano e julgamentos, em que se reconhece a união de alguns cativos (não abençoada pela igreja). No livro A paz das senzalas, Florentino e Goes, ao analisarem dois processos-crime de 1843, chegam a conclusão de que:

“Ora, embora parte da historiografia se esmere em ressaltar o desregramento nas relações afetivas e familiares entre os escravos, os exemplos apresentados mostram que muitas vezes essas relações, mesmo quando não sancionadas, deveriam ser por todos respeitadas”
(FLORENTINO; GOES, 1997, p. 68)

Sendo casos registrados pela igreja ou apenas formações pelo cotidiano, as famílias se mostram como forma de resistência ao sistema escravocrata. É através dos laços familiares que os escravizados se organizaram em solidariedade e resistência. Essa rede formada por conexões

não se limita ao parentesco sanguíneo, mas a outros, que apesar de serem difíceis de rastrear, se mostram tão importantes quanto. Um dos que nos parecem mais latentes nas documentações, em específico nos registros de batismo, são os padrinhos.

2.3 COMPADRIO E A MOBILIDADE SOCIAL

Resumindo a sociedade colonial como um lugar onde o personalismo era mais forte do que o coletivo, com instituições e leis que tendiam a não serem respeitados, e uma complexa e flexível hierarquia, não é de surpreender que uma das formas mais comuns de ascensão social e de conexões fossem os laços familiares, em específico suas ampliações através do batizado.

“.... Seguramente a “família se estendia muito além dos limites de qualquer unidade residencial. É sempre muito difícil recapitular tais laços, mas no ato ritual do batismo e no parentesco religiosamente sancionado do compadrio, que acompanha esse sacramento, temos uma oportunidade de ver a definição mais ampla de parentesco no contexto dessa sociedade católica escravocrata e de testemunhar as estratégias de escravos e senhores dentro das fronteiras culturais” (SCHWARTZ, 1988, p 310)

A ideia de que a escolha do compadrio, principalmente do padrinho, era importante para a melhoria das vidas das futuras gerações é algo bem consolidado na historiografia. Mesmo sendo o rito católico do batismo e a escolha do padrinho e madrinha mais atrelados a uma ligação espiritual. É comum nos registros de batismos dos séculos XVII e XVIII ver padrinhos de “classes superiores” ou no mínimo com status similar ao dos pais. Ele se dá na busca pela solidariedade e proteção por intermédio do compadrio por pessoas de status superior.

“A opção preferencial por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças “para cima”. Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um compadre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados” (BRÜGGER, 2004; 6p.)

A escolha da madrinha também aparenta ter uma grande responsabilidade. Na maior parte dos registros a madrinha possuía um nível social similar ao da mãe, isso por que a madrinha deveria assumir a posição de educadora, caso a mãe viesse a falecer. Apesar disso não é tão incomum encontrar madrinhas de status social mais elevado, registros sem a presença

de uma madrinha e, até mesmo Santas nessa posição (como no conto do Negrinho do pastoreio, de Simões Lopes Neto).

Mesmo que a maioria dos registros de batismo não mostrem a cor das crianças e dos pais, é possível analisar os trechos que formam a exceção. De toda forma pode-se concluir que os laços parentais extrapolariam a consanguinidade e alguns aspectos jurídicos, tendo um raio social maior do que o esperado. Em casos menos comuns, alguns autores como Maria Lemke Loiola e Robert Slenes indicam que a escolha do padrinho poderia influenciar até nas possibilidades de alforria. A maior parte das justificativas para a libertação das crianças enfatiza ora a recompensa por bons serviços, ora o reconhecimento de laços de sangue. Embora os motivos descritos nesses atos os apresentem como “recompensa”, poucas vezes foram gratuitas. Loiola (2008, p.87) fala que a situação de alforria, seja na pia batismal ou em outra época, apenas faz emergir as ligações assimétricas entre senhores e escravos e ainda complementa:

“Do trato entre senhores e escravos, das especificidades da escravidão nas regiões de mineração e possibilidade de maior autonomia dos escravizados, desde cedo haveria de surgir a categoria dos forros (apud RUSSEL-WOOD, 2005). Os libertos tiveram, por engano dos pesquisadores, sua existência vinculada à bondade de senhores. Um tipo de alforria, rara, que marcaria essa interpretação, esteve associada ao batismo. ”

As alforrias na pia batismal demandavam uma série de relações e solidariedades múltiplas. A ideia dos bons serviços, pela visão de Loiola, era usada, em parte, para se obter o controle social da escravidão. Sendo assim, uma forma de recompensa, normalmente acompanhada do preço estipulada pelo senhor. Os pequenos, na medida do possível, podiam contar com o esforço dos padrinhos (influência e dinheiro) e dos pais (bons serviços) para a liberdade e com afetos de senhores e senhoras (boa vontade para alforriá-los). Maria Loiola reforça sempre que muitas vezes as alforrias, mesmo que descritas como “gratuitas”, na verdade eram pagas com valores que chegavam a quatrocentos mil réis, tentando contestar o mito de que alforrias decorriam de benesses senhoriais.

No próximo capítulo será analisada a formação da sociedade mineradora em Santa Luzia, em Goiás, arraial que não se notabilizou pela produção aurífera, mas onde algumas das características da sociedade brasileira, tal como entendida pelos autores mencionados, foi reproduzida em alguma medida.

3 CAPÍTULO 2 “ ECONOMIA E DEMOGRAFIA NA FREGUESIA DE SANTA LUZIA”

3.1 A DESCOBERTA DO OURO E A OCUPAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

A ocupação efetiva dos territórios que hoje fazem parte de Goiás não ocorreu de maneira diferente das realizadas em áreas fora do litoral, muitas vezes vinculadas ao mito nacional do bandeirante. Depois de uma pausa após os saques na região sul da colônia, as bandeiras sofrem algumas alterações em meados do século XVII. Mesmo com as tentativas de contenção realizada pelos jesuítas, os bandeirantes voltam a procurar por ouro e índios no interior da colônia. Dessa vez, através de expedições itinerantes terrestres e por grupos familiares reforçados pelos interesses da Coroa portuguesa, que jamais desistiu de encontrar metais preciosos em abundância em suas possessões na América do Sul. As descobertas de minas de ouro em Minas Gerais ampliaram a influência e a força dos bandeirantes para a exploração do território focados, nas décadas finais do século XVII, nas regiões ao norte e noroeste de Minas Gerais, mesmo com a resistência jesuíta.

Segundo Paulo Beltran, no livro Formação econômica de Goiás, mesmo com as possibilidades de ocupar novas regiões, houve pouco interesse dos bandeirantes em permanecer nas terras ao noroeste de Minas Gerais. O desinteresse pela povoação dessa região, inclusive pelos jesuítas, era resultado das poucas povoações indígenas iniciais que poderiam ser escravizadas e devido ao clima e ao bioma do cerrado. Não tendo o que conquistar, não tiveram um primeiro interesse de “colonizar” e demoraram alguns anos para descobrirem o ouro. Em seu outro livro, Economia e escravidão na capitania de Goiás, Salles afirma que:

“A primeira expedição “moderna” com visos colonialistas a entrar na região e a primeira a perlustrar o Planalto Central é a do descobridor das minas dos Guayazes e fundador de sua colonização, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II. Filho de bandeirante do mesmo nome – que quer dizer “diabo-que foi” ou “diabólico”, alcunha que usava de bom grado e orgulho -, tinha 67 anos quando, depois de ter passado vinte anos no rebuliço das lavras de Minas Gerais, voltava às regiões de Goiás, como líder paulista, acérrimo inimigo dos emboabas. Vinha, nessa sua terceira investida, determinado “a descobrir o que queria ou morrer na empresa”, como fizera saber ao governador de São Paulo. A sua ocupação real só vem com a descoberta de ouro para essas áreas (a maior parte entre 1726 e 1741). ” (SALLES, Gilka V.F. 199264.p)

Apesar de não haver uma data específica sobre os descobrimentos das primeiras minas de ouro encontrada na capitania de Guayazes, as datas ficam entre a década de 1720 e 1730. Assim, começam a emergir novas áreas auríferas por toda parte, e com elas, surgem os mineradores e escravos (principalmente de Minas Gerais e São Paulo).

Em concordância com Holanda quanto às características de desleixo da exploração portuguesa em comparação com a da América Espanhola, feita por “aventureiros” (em que as energias e esforços que se dirigem à recompensa imediata são enaltecidos, “seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore), Gilka Salles resume as técnicas de extração dos mineiros como rudimentares, uma vez que os portugueses não tinham experiência de mineração, além de conhecimentos simples e rudes. Ela também fala sobre uma coleta simples desses metais, sendo realizada de maneira superficial.

“O conhecimento elementar das rochas de teor aurífero somado à prática rudimentar de exploração determinou que, no início da mineração em Goiás, apenas as camadas de superfície fossem exploradas, não obstante já haver 30 anos de prática de trabalho nas Gerais, nas minas do Paranapanema, Curitiba, Paranaguá e Bahia. O progresso nas prospecções, contudo, foi mais expressivo no decorrer do século (SALLES, Gilka V.F. 1992; 61p).”

A falta de profundidade nas explorações das minas e o rápido esgotamento da extração de ouro resultaram na constante busca por novas áreas de mineração. É ressaltado por Gilka Salles a proximidade dos núcleos mineradores dos primeiros anos de descobertas. A maior parte da ocupação situou-se nas proximidades de Sant’Anna, às margens do rio vermelho, entre 1725 e 1731. Segundo Paulo Bertran, a região tinha pouco ouro concentrado, porém em grande extensão de terra. Então, para a extração era necessária uma grande quantidade de escravos, boa parte desses escravos vinham dos portos da Bahia, por senhores das regiões de Minas Gerais.

No livro Formação econômica de Goiás, Bertran estabelece três fases do desenvolvimento aurífero na capitania: garimpagem de cascalho nos córregos (1726-1746), desmonte dos tabuleiros ribeirinhos e das grupiarias, e forma clássica de túnel. É interessante notar como se deu a ocupação das áreas de mineração, uma vez que no Guayazes as cidades precederam o campo. Devido ao interesse econômico, primeiro surgiam as cidades em torno das áreas auríferas, e de acordo com as necessidades de subsistência, formavam-se fazendas e comércios para suprir as necessidades da região. Bertran fala da dificuldade do acesso a mantimentos uma vez que havia limitações nas áreas de tráfego de qualquer outro tipo de

material. Bertran ainda relaciona as taxas da descoberta do ouro à ascensão e ao declínio das minas na capitania:

Tabela 1 - PRODUÇÃO DO OURO EM GOIÁS.

ANOS	GOIÁS
1.726 – 1.735	15.000 quilos (1)
1.736 – 1.751	50.000 quilos (2)
1.752 – 1.778	48.000 quilos (3)
1.779 – 1.822	18.000 quilos (4)

Fonte: adaptada de Gilka Salles in: “Economia e escravidão na capitania de Goiás”

Apesar do arraial de Meia Ponte ter sido fundado em 1730, Santa Luzia e Santo Antônio de Boa Vista só foram fundadas no ano de 1747, quando da nomeação do bandeirante Antônio Bueno de Azevedo como Superintendente e Guarda-mor das minas da freguesia. Isso se deve à forma de exploração e ocupação do território. Na região de Meia Ponte o ouro, e outros metais preciosos (xisto quartzífero, pedra elástica utilizados em chapas de fogões e xisto micácio para produção de aço) foram encontrados no primeiro período de descobertas na capitania. Com o esgotamento da garimpagem de cascalho nos córregos, a procura pelo ouro se deu para o centro-norte e nordeste da capitania, cruzando outras regiões. As explorações auríferas na região de Santa Luzia, só passam a acontecer anos depois, no que é compreendida pelos historiadores como a terceira fase do garimpo na capitania de Guayazes. Essa terceira fase é conhecida como a exploração realizada por minas. Apesar disso, na freguesia de Santa Luzia, as lavras eram realizadas em talho aberto, trabalhadas por águas canalizadas em dois aquedutos que passavam pela freguesia. A decadência na região de Santa Luzia começa entre 1780 e 1800. Paulo Beltran, em a *História da terra e do homem no Planalto Central* fala que:

“ Compara-se o julgado de Santa Luzia, no Século XVIII, com o de Pilar, em torno de um número semelhante de lavras, de escravos, de estabelecimentos agropecuários e de população, disputando a quinta ou sexta posição entre os melhores da capitania decadente. Mas nos primeiros anos chegou a ser o primeiro em riqueza e habitantes. ” (BERTRAN, 1994; p.184)

Como ocorreu em boa parte da colônia, a escravidão se coloca como principal forma de exploração de trabalho. Gilka Salles, lembra que mesmo tendo vinculações nada pacíficas, as vantagens como o desconhecimento geográfico, o desconhecimento das muitas línguas indígenas e do português e uma legislação que os desfavorecia, reproduz-se a lógica de exploração dos trabalhadores escravizados e de origem africana no período colonial também em Goiás. Muito além de empregados nas minas, eles também foram introduzidos em fazendas para a produção de alimentos para o mercado interno.

“ Os escravos, conquanto investimento fixo induziam para sua sobrevivência alimentar custos operacionais importantes, de natureza agrícola, induzindo o proprietário rural à prática agropecuária contínua” (BERTRAN, Pág. 58)

3.2 NOÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO E ESCRAVIDÃO

De maneira similar à ocupação de outras áreas auríferas da colônia, a capitania de Guayazes, também apresentou um intenso fluxo de pessoas em um curto período de tempo no auge de sua mineração. A população, também seguindo o padrão de outras regiões, era mestiça possuindo todos os tipos de pessoas encontradas no Brasil colônia (portugueses, brasileiros brancos, pardos, libertos, escravos, indígenas...). Além dos que vinham procurar a sorte com a mineração, a atividade também trouxe oficiais militares, fazendeiros, comerciantes e tropeiros para a realização das atividades complementares e sustento da região. Apesar de haver alguma noção, é difícil chegar a números mais precisos acerca da população, devido à falta de documentação.

A problemática da falta de fontes se agrava em arraiais e freguesias, uma vez que a catalogação é muito mais escassa. No caso específico de Santa Luzia, Jason Hugo de Paula em seu artigo sobre a escravidão na região, fala que “segundo Álvares (1978), decorridos apenas 3 anos, vieram mais de cem famílias de brancos portugueses, paulistas e fluminenses”. Ele também aborda o fato de que a maioria da população era formada por escravos africanos e crioulos.

Segundo o Paula (2017, p.7), os dados que possuímos, principalmente sobre a população cativa no arraial de Santa Luzia, se encontram em maior abundância no período anterior a 1757. Se comparado com os números de Meia Ponte que, desde 1731 explorava suas minas e registrava novecentos e quarenta e oito na primeira, e mil e oitenta e seis escravos na segunda matrícula, o número de mancípios em Santa Luzia sugere uma exploração em estágio inicial.

“De acordo com Álvares (1978, p. 74), em 1763, após censo geral, no Julgado de Santa Luzia contabilizaram-se “dezesseis mil quinhentas e vinte nove pessoas, sendo doze mil novecentos e oitenta e quatro cativos”. Este censo geral mencionado por Álvares, do qual não se tem notícia em outros trabalhos e tampouco na documentação por nós consultada, importa menos por seu grau de correção do que pela constatação da dificuldade em mapear a população da Capitania de Goiás no século XVIII. ” (PAULA; 2017 p. 7)

Esses dados são reforçados por Bertran “Em 1763 houve 16.529 pessoas em Santa Luzia, entre elas 12.960 cativos, estando assim em seu auge demográfico”. Apesar da dificuldade de achar informações concretas para tentar montar um senso da população de Santa Luzia, outros documentos nos ajudam a ter uma noção, principalmente devido ao Códice 249. Ele era o registro de concessões de passaportes para exportações de escravos da cidade de Salvador para diferentes regiões brasileiras e para o exterior. Boa parte dos cativos eram trazidos da Bahia. A queda da população escrava em Santa Luzia fica bem evidente nas tabelas abaixo, que retratam o ano de 1783. Elas mostram, além da redução para trabalho em mineradoras, uma maior porcentagem desses escravizados nas atividades complementares.

Tabela 2 - ESCRAVOS NAS MINAS - ANO DE 1783.

JULGADOS / SUL	Nº DE ESCRAVOS NAS MINAS	PORCENTAGEM	TOTAL DE ESCRAVOS EM CADA JULGADO
Vila Boa	3.282	70%	4.689
Meia Ponte	-	-	1.682
Crixás	770	64%	1.207
Pillar	622	40%	1.567
Santa Cruz	279	38%	723
Santa Luzia	552	61%	899
Rio das Velhas	299	100%	299

Fonte: adaptada de Gilka Salles in: “Economia e escravidão na capitania de Goiás”

Tabela 3 - ESCRAVOS NA PRODUÇÃO COMPLEMENTAR À MINERAÇÃO – ANO 1783

JULGADOS DO SUL	Nº DE ESCRAVOS NA PROD. PROD. COMPLEMENTAR	PORCENTAGEM	TOTAL DE ESCRAVOS EM CADA JULGADO
Vila Boa	1.407	30%	4.689
Meia Ponte	-	-	1.682
Crixás	437	36%	1.207
Pillar	945	60%	1.567
Santa Cruz	476	62%	723
Santa Luzia	347	39%	899
Sertão	-	-	299
Rio das Velhas	-	-	-

Fonte: adaptada de Gilka Salles in: “Economia e escravidão na capitania de Goiás”

As análises de atas de batismo, focadas no batismo de escravos adultos, também é uma fonte de bastante proveito, para entender a população cativa. Janson Paula, no seu trabalho “*Entre picadas, estradas e trieiros*”, compara os registros de 1749 a 1757 (início das extrações) com os de 1772 e 1778 (declínio da mineração):

“Se nos primeiros anos a participação dos cativos adultos entre os batizados chegava a quase 40%, três décadas depois, verifica-se uma diminuição considerável, não chegando a 14% do total de batizados realizados. Acerca dos inocentes escravos, no período de 1771 a 1778, foi possível identificar duzentos e quarenta e oito batismos de filhos de mães escravas e oito que receberam alforria no momento do sacramento, o que representa 45% de todos os assentos realizados no período. ”

Os registros de batismos são passíveis de utilização para inúmeras pesquisas, a depender do enfoque do historiador. No próximo capítulo, serão abordados os registros de batismo tendo em vista conhecer as relações de compadrio existentes em Santa Luzia entre 1756 e 1760 visando verificar se são reproduzidas no interior de Goiás, no final do auge da mineração do ouro, parte das existentes no litoral para diferentes períodos.

4 CAPÍTULO 3 - SANTA LUZIA: ANÁLISE DOS BATISMOS

É praticamente um consenso entre os historiadores do Brasil colonial a dificuldade da realização das pesquisas dentro desse período devido à escassez de fontes. A situação se agrava um pouco quando o estudo trata de regiões mais remotas e de acesso limitado. Geralmente as fontes encontradas são limitadas em questões quantitativas e em um estado de conservação ruim devido às ações do tempo.

Para compreender melhor a formação das famílias na freguesia de Santa Luzia, e poder realizar uma análise comparativa sobre as disparidades com relação as famílias que passaram pela escravidão, decidi usar de atos de batismos durante o seu auge aurífero e demográfico. Os atos de batismo utilizados só começavam a partir do ano de 1749, uma vez que não foram encontrados anteriores a esse ano, e terminam no ano de 1760, apresentados em dois livros. Como era de se esperar, as condições em que os documentos foram encontrados não eram as melhores devido à demora de catalogação. Graças à tecnologia e ao Arquivo Público do DF, as fontes foram conservadas e digitalizadas. Com isso, além de maior acessibilidade e mais fácil manuseio, também foi possível o uso de programas para facilitar a leitura e transcrição de 349 registros de batismos.

A partir das transcrições, foi possível tirar uma boa quantidade de informações acerca dos pais, padrinho, madrinhas, e condições dos envolvidos nos batismos. Com base nesses dados, foi realizado um levantamento estatístico sobre os pontos essenciais dos laços familiares e criadas tabelas, para um exame mais didático da situação.

A busca por entender os padrões da estrutura familiar dos escravos na freguesia de Santa Luiza na segunda metade do séc. XIX é difícil devido às limitações das fontes e das informações dentro delas. Dados os limites das fontes, a primeira abordagem é uma análise comparativa entre as estruturas do parentesco de primeiro grau (mãe e pai) encontradas entre pessoas livres, escravos e libertos. A ideia era fazer um estudo com as classificações divididas pela cor e documentada pelos padres, porém não foram todos que registraram essas características físicas dos participantes do ato religioso, impossibilitando uma análise mais profunda nesse quesito. Mesmo com essa lacuna nos documentos, decidi catalogar separadamente os registros que mostram as cores das pessoas.

4.1 LAÇOS MATERNOS

Como a base essencial da formação de unidade familiares, a primeira análise será referente à condição das mulheres nesses registros. A Tabela 4 é um dos pilares interpretativos

para as comparações. Aqui elas foram divididas em 12 categorias, apesar de que as condições de escravas por cor podem ser consideradas apenas como uma delas, assim como as de forras por cor. Elas aparecem separadas mais por uma questão de detalhe do que logística, uma vez que a maioria dos registros não possui identificação da cor.

Tabela 4 - MÃES POR CONDIÇÃO DECLARADA NA CERTIDÃO DE BATISMO:

Condição da mãe	Quantidades	%
Escrava	72	20,69
Escrava crioula	1	0,29
Escrava parda	1	0,29
Escrava preta	1	0,29
Forra	10	2,87
Preta Forra	13	3,74
Crioula forra	5	1,44
Parda forra	9	2,59
Livre	142	40,80
Não informado	30	8,62
Ilegível	2	0,57
Mãe de adulto	62	17,82
TOTAL	348	100

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

Na tabela podemos perceber que, seguindo a historiografia, o número de crianças sem o registro da mãe (Não Informado) é baixíssimo, com apenas 8,62 % dos casos encontrados nessas fontes. O que mostra forte presença materna nos registros e, possivelmente, na vida desses pequenos. Nesse caso, as mães de adultos não foram consideradas como ausentes, uma vez que quase todos os adultos que foram batizados eram escravos, havendo alguns índios. De maneira geral, possuímos pouquíssimas informações acerca desses, já que na maioria dos casos, os escravos batizados eram recém-chegados da África. A mesma ausência de informações também se verifica nos poucos casos de indígenas adultos batizados, a respeito de quem não há dados sobre serem escravizados, ou não.

Focando na questão da condição social da mãe, não é de se surpreender que as mulheres livres compõem maioria dentro dos registros (40,80%). Provavelmente devido a maior acessibilidade a esse tipo de rito e a uma maior pressão religiosa para tal ato. Porém, essa superioridade numérica pode ser relativa, quando juntamos o número de mães que ou eram escravas ou conheceram a escravidão, havendo nas certidões de batismo a discriminação por cor e condição (crioula, parda, preta, parda forra, crioula forra, preta forra, ou apenas forra). Ao juntarmos os números das mulheres que passaram pela escravidão ou estavam nessa condição, chegamos a uma porcentagem muito próxima do das mulheres livres, próximo a 32%. Quando vemos o conjunto das coisas, podemos ver a negação das ideias anteriores às produções historiográficas da década de 60, que negavam as unidades familiares entre as pessoas cativas.

Escravas ou forras, as mulheres na freguesia de Santa Luzia, mostram através desses dados, que constituíam unidades familiares e eram mães presentes (pelo menos no papel).

A questão do estado civil também pode ser considerada importante para a interpretação de outros dados, o que nos leva a uma visão mais ampla da situação familiar. Foram divididas em seis grupos, conforme a Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 - ESTADO CIVIL DA MÃE

Estado Civil	Quantidades	%
Solteiras	67	19,25
Casadas	136	39,08
Não Identificado	83	23,85
Viúvas	0	0,00
Mãe de adulto	62	17,82
Ilegível	0	0,00
TOTAL	348	100

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

Um fenômeno semelhante ao verificado a respeito da condição da mãe acontece ao cruzarmos as informações acerca do Estado civil das mães nas atas de batismo. Levando em consideração apenas os números brutos, o número de mulheres casadas predomina entre todas as categorias com 39,08% dos registros. A quantidade de mães solteiras também não é pequeno, chega a 19,25%. Considerando separadamente essas categorias, fica claro o peso das mães casadas. Porém, há uma grande porcentagem de crianças que não possuem em seu batismo o estado civil de suas mães. Levando em consideração a importância do casamento e o status que vinha junto a ele, não me parece plausível a falta de seu registro nesse tipo de documento eclesiástico. O que abre para a hipótese de que aquelas que não informaram o estado civil na certidão de batismo eram solteiras. Considerando essa hipótese como algo válido, ao somarmos a montante das que possuem o nome registrado como solteira, com as que não tiveram declarado o estado civil, chegamos à marca de 150 mulheres que tiveram filhos fora do casamento, correspondendo a 43,10% dos casos. A conclusão que podemos tirar é de que apesar da crença de que filhos fora do casamento fossem minoria, podemos ver que eles correspondiam a quase a metade dos batizados na sociedade colonial em Santa Luzia.

Em comparação aos estudos sobre o litoral, Santa Luzia apresenta uma porcentagem muito menor de escravas casadas (cerca de 13,4%) em relação a Campinas (52 a 63%) e ao Rio de Janeiro (25 a 35%).

4.2 PATERNIDADE EM SANTA LUZIA

Outro traço bastante comum na historiografia tradicional, que também é encontrado no caso de Santa Luzia, são os altos números da ausência paterna, antes colocada apenas para as famílias escravas, mas presente em boa parte das famílias brasileiras desde o período colonial. O conjunto da Tabela 6 que especifica a condição dos pais, junto do Quadro 1 com a relação da presença/ausência deles de acordo com o status civil, mostram a situação de Santa Luzia:

Tabela 6 - CONDIÇÃO DOS PAIS (1749-1760).

Condição do pai	Quantidades	%
Escravo	10	2,87
Escravo crioulo	2	0,57
Escravo pardo	0	0,00
Escravo preto	2	0,57
Forro	2	0,57
Preto forro	1	0,29
Crioulo forro	1	0,29
Pardo forro	3	0,86
Livre	129	37,07
Não Identificado	136	39,08
Ilegível	1	0,29
Pai de adulto	62	17,53
TOTAL	348	100

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

Quadro 1 - AUSÊNCIA E PRESENÇA PATERNA, DE ACORDO COM O ESTADO CIVIL E O STATUS SOCIAL DAS MÃES (1749-1760).

Pai	Escrava casada	Escrava solteira	Forra casada	Forra solteira	Livre casada	Livre solteira	Totais
Ausente	0	62	0	26	0	47	135
Presente	10	3	8	3	118	7	149

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

Em quase 40% dos casos, conforme a Tabela 6, não se tem a informação sobre o pai. Por outro lado, a presença paterna é muito forte entre os que são livres, com 37%. Ao fazermos a comparação entre os que são escravos ou foram escravos, esses números caem drasticamente, formando apenas 6,02%. Comparando com a situação da mãe, é possível ver uma forte assimetria entre a presença e ausência paterna. A diferença entre homens e mulheres nessa situação gira em torno dos 26%. Slenes, ao examinar a questão da presença, mostra que entre as crianças escravas batizadas, 60% delas tinham o nome de ambos dos pais em seu registro. Levantando até a hipóteses de uma flexibilização do termo legítimo, dado que bebês nascidos antes do casamento também eram batizados como legítimos. No caso de Santa Luzia, temos

situações muito diferentes: apenas 4,6% dos filhos de escravos possuíam os nomes de ambos dos pais registrados.

Uma forma alternativa de perceber tal ausência se apresenta por meio Quadro 1. Separando-se as mães por condição servil ou livre e por estado civil, constata-se a ausência paterna ao menos nas certidões de batismo do final do século XVIII, apresentando assim uma perspectiva interessante. Talvez menos ligada a condição do pai ou da mãe, e mais ligada ao estado civil deles. É indicado que os homens casados são mais presentes nas certidões de seus filhos (nos 136 casos). Já as crianças consideradas nascidas antes do casamento, em regra, sofrem com o anonimato do pai, tendo apenas 13 registrados para um total de 135 filhos de mães solteiras. A tradicional família brasileira, ao menos no século XVIII, é distinta daquela que se toma como padrão atualmente. Em 47,53% dos casos, o pai estava ausente das certidões de batismo dos filhos e, talvez, das vidas deles.

4.3 COMPADRIO POR CONDIÇÃO

Para a historiografia tradicional a ideia de que a escolha do compadrio, principalmente do padrinho, era importante para a melhoria das vidas das futuras gerações. Como visto no primeiro capítulo, os estudos das regiões do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia mostram os padrinhos de “classes superiores” ou no mínimo com status similar ao dos pais como uma busca pela solidariedade e proteção. E a escolha da madrinha com um nível social similar ao da mãe, isso por que a madrinha deveria assumir a posição de educadora, caso a mãe viesse a falecer.

Montando a Tabela 7, vemos a assimetria das escolhas do compadrio entre as três condições sociais especificadas nas atas de batismo (mulheres escravas, forras e livres), especialmente quando se trata dos padrinhos. Nessas tabelas não foram incluídas as mães que não tiveram declarada a sua condição, restando apenas 245 mães.

Tabela 7 - RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES ESCRAVAS (1749-1760).

Condição das madrinhas			Condição dos padrinhos		
		%			%
Madrinhas escravas	8	10,67	Padrinhos escravos	7	9,33
Madrinhas forras	21	28,00	Padrinhos forros	4	5,33
Madrinhas livres	18	24,00	Padrinhos livres	53	70,67
Santa	0	0,00	Padrinho santo	0	0,00
Sem madrinha	26	34,67	Sem padrinho	3	4,00
Não Identificada	2	2,67	Não Identificado	1	1,33
TOTAL	75	100	TOTAL	68	90,67

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

No caso das mulheres cativas, fica evidente a preferência dessas por padrinhos que fossem livres ou forros, que formam de longe a maioria com 76% dos casos encontrados nos livros. A disparidade se mostra ao compararmos esse número com os das madrinhas. Primeiro por que há apenas três casos de criança sem padrinho, em contraste com os 34,67% de registros sem madrinhas. Note-se também que não há madrinhas santas para os filhos das escravizadas, contrastando com o caso do Negrinho do Pastoreio.

Entre as certidões de filhos de escravas que tiveram as madrinhas identificadas, as forras eram mais frequentes (28%) do que as madrinhas livres (24%). Mesmo assim, em ambas as escolhas, o número de padrinhos forros é de apenas 5% enquanto os padrinhos livres são 70,67%.

Tabela 8 - RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES FORRAS (1749-1760).

Condição das madrinhas			Condição dos padrinhos		
		%			%
Madrinhas escravas	0	0,00	Padrinhos escravos	1	2,70
Madrinhas forras	2	5,41	Padrinhos forros	0	0,00
Madrinhas livres	16	43,24	Padrinhos livres	34	91,89
Santa	3	8,11	Padrinho santo	0	0,00
Sem madrinha	16	43,24	Sem padrinho	0	0,00
Não Informado	0	0,00	Não Informado	1	2,70
TOTAL	37	100	TOTAL	37	100

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

Em relação aos compadrios das mães forras, notamos que as preferências pelas madrinhas é algo mais equilibrado e a pelos padrinhos mais concentrado. Enquanto a escolha feminina se dividia principalmente entre livres e sem madrinhas, as duas com 43%, o caso dos homens a escolha majoritária é por padrinhos livres, com 91,89%. Curiosamente, há baixíssima procura por madrinhas da mesma condição (apenas 5,41%) e só um padrinho escravo e nenhuma madrinha escrava. Tem-se uma pequena aparição de “santas” como madrinhas, mas nenhum número muito relevante.

TABELA 9 – RELAÇÕES DE COMPADRIO DAS MÃES LIVRES (1749-1760)

Condição das madrinhas			Condição dos padrinhos		
		%			%
Madrinhas escravas	0	0.00	Padrinhos escravos	0	0.00
Madrinhas forras	2	1.41	Padrinhos forros	1	0.70
Madrinhas livres	58	40.85	Padrinhos livres	110	77.46
Santa	3	2.11	Padrinho santo	0	0.00
Sem madrinha	71	50.00	Sem padrinho	1	0.70
Não Informado	7	4,93	Não Informado	0	0,00
TOTAL	142	100	TOTAL	112	78,87

Fonte: Livros de Batismos 1 e 2 de Santa Luzia

A Tabela 9 mostra que, novamente, a escolha foi por padrinhos de status superior ou igual ao das mães. São 110 padrinhos livres, nenhum escravo e apenas um forro. O que se repete

na escolha das madrinhas, com duas forras e 58 livres (40,85%). O interessante no caso das madrinhas é a quantidade de crianças que ficaram sem: 71 crianças ficaram sem madrinhas, o que corresponde a 50% dos casos. É curioso pensar a diferença na busca por madrinhas quando comparamos mulheres livres com escravas, em média 26% de declínio.

5 CONCLUSÃO

Tendo como referencial historiográficos os estudos sobre o litoral brasileiro focados em grandes centros da economia colonial escravistas, chamou minha atenção a importância de aproximação dessas logicas e conteúdo para uma história mais regional, escolhendo Santa Luzia da capitania do Goiás. Ela se encontraria em um meio termo, onde a produção de ouro chegou a ser relevante, mas de maneira curta e menos marcante do que outras regiões de lucros astronômicos para a Coroa Portuguesa. Fazendo comparações para compreender o que resultam em similaridades e diferenças, e como elas influenciam nas formações econômicas, demográficas e sociais.

A primeira semelhança que se ressalta é que mesmo em menor quantidade, Santa Luzia também apresenta uma economia com forte tendência escravista. A grande necessidade de mão de obra mineradora, com forte presença dos escravos na sociedade, chegando a compor mais da metade da população da freguesia. Outro ponto que não muda muito foi a escolha dos senhores por escravos de Angola e da Costa da Mina, sempre focados na compra de homens adultos, contribuindo para a desproporção entre homens e mulheres e corroborando os argumentos dos autores do litoral, ao servir como interferência na formação dos laços familiares.

As vantagens econômicas na hora de formar famílias também parecem estar presentes na freguesia de Santa Luzia. Mesmo com a tentativa de apagar o passado dos escravizados, os meios de resistência, entre elas as formações de unidades familiares, são bastante comuns na colônia. Slenes relata, para Campinas, que o número de mulheres escravizadas casadas variava 53% a 62% variando de acordo com as dimensões das propriedades e Florentino e Goes entre 25% a 35% no Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, cerca de 13,4% das mulheres escravas eram casadas oficialmente pela igreja. Levando em conta as informações obtidas por historiadores da região, como Jason Paula, que estipula que na freguesia haviam dezesseis mil quinhentas e vinte nove pessoas, sendo doze mil novecentos e oitenta e quatro cativos, no ano de 1763. É possível considerar que estamos falando de uma sociedade escravista em formação, onde o número de escravizados é muito maior do que o número de pessoas livres. E como decorrência desse fato, há pouco interesse ou pressão para que senhores de escravos permitissem a união oficial.

Com relação ao caso das mães da freguesia, não é de surpreender que a maioria são mulheres livres. Porém, essa superioridade numérica pode ser relativa, quando juntamos o

número de mães que ou eram escravas ou conheceram a escravidão, havendo nas certidões de batismo a discriminação por cor e condição (crioula, parda, preta, parda forra, crioula forra, preta forra, ou apenas forra). Ao juntarmos os números das mulheres que passaram pela escravidão ou estavam nessa condição, chegamos a uma porcentagem muito próxima do das mulheres livres, próximo a 32%. O que mostra forte presença materna de mulheres que eram ou que foram escravas.

Outro traço bastante comum na historiografia tradicional, que também é encontrado no caso de Santa Luzia, são os altos números da ausência paterna, antes colocada apenas para as famílias escravas, mas presente em boa parte das famílias brasileiras desde o período colonial. Slenes fala que no caso de crianças escravas cerca de 60% delas tinham o nome de ambos os pais em seu registro e levanta a hipótese de uma flexibilização do termo legítimo, dado que bebês nascidos antes do casamento também eram batizados como legítimos. Em quase 40% dos casos em Santa Luzia, não se tem a informação sobre o pai. Por outro lado, a presença paterna é muito forte entre os que são livres, com 37%. Ao fazermos a comparação entre os que são escravos ou foram escravos, esses números caem drasticamente, formando apenas 6,02%.

No caso do nosso exame podemos levar em consideração as mães por condição servil ou livre e por estado civil, constata-se a ausência paterna ao menos nas certidões de batismo. É indicado que os homens casados são mais presentes nas certidões de seus filhos (nos 136 casos). Já as crianças consideradas nascidas antes do casamento, em regra, sofrem com o anonimato do pai, tendo apenas 13 registrados para um total de 135 filhos de mães solteiras. O que levanta o questionamento de até quanto isso se relaciona mais a condição do pai, ou isso varia de acordo com o estado civil.

Com uma sociedade colonial complexa e com hierarquia flexível, não é de surpreender que uma das formas mais comuns de ascensão social e de conexões fossem os laços familiares, em específico suas ampliações através do batizado. Aqui encontramos fortes similaridades com outros estudos onde a condição do padrinho tende a ser de uma “classe superior” ou no mínimo com status similar ao dos pais, em busca pela solidariedade e proteção. Usando a mãe como referencial, 76% dos padrinhos de filhos de mães escravas eram de condições melhores (forros ou livres), já no caso das mães forras, 91,89% são padrinhos livres e entre as mães livres praticamente todos os padrinhos são livres, reproduzindo o fenômeno verificado nas regiões litorâneas.

A escolha da madrinha também aparenta ter uma grande responsabilidade. Na maior parte dos registros a madrinha possuía um nível social similar ao da mãe, isso por que a madrinha deveria assumir a posição de educadora, caso a mãe viesse a falecer. As mães escravas

preferiam as forras (28%) e as livres (24%), apesar de 34% não terem madrinhas. Para as forras há baixíssima procura por madrinhas da mesma condição (5,41%), sendo o resto dividido entre as livres e sem madrinhas (43% para ambas). As mulheres livres são um caso curioso onde, 40% são livres e 71 crianças ficaram sem madrinhas, o que corresponde a 50% dos casos. A diferença na busca por madrinhas quando comparamos mulheres livres com escravas, em média 26% de declínio, um número bastante considerável.

Como conclusão a situação da freguesia, apesar de um contexto menos influenciado pelo tráfico negreiro direto, apresenta muitas similaridades sobre as possibilidades e presença da família escrava (dentro das possibilidades da época). Fora a abertura para casamentos oficializados pela igreja, os números são muito similares, possuindo algumas pequenas diferenças numéricas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAN, Paulo. Formação econômica de goiás. Goiânia: Ed.Oriente, 1978.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Editora UnB; 1995.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

CALLEFI, Gislaine Valério de Lima. Preferências e possibilidades de consumo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Goiás, UFG; 2011

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. Rio de Janeiro 2005

FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo como Projeto mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GOÉS, José Roberto. A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX). Afro-Ásia, núm. 24, 2000, pp. 51-70 Universidade Federal da Bahia Bahía, Brasil

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

KLEIN, Herbert S.; VINSON Bem. "A Escravidão Africana na América Latina e Caribe"
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015

LOPES NETO, J. Simões. "O negrinho do pastoreio" IN: Contos gauchescos e lendas do sul. 3 ed. Porto Alegre : Globo, 1965

LOIOLA, Maria Lemke. Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2009

PAULA, Jason Hugo de. "Escravidão nas minas de Santa Luzia: da ausência de fontes ao silenciamento"

PAULA, Jason Hugo de. Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 - 1800. Goiás. 2017

SALLES, Gilka V. F. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. CEGRAF, UFG, 1992

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil Colonial (ca. 1580 – ca. 1720). Vol.2, 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 11- WEINSTEIN, Bárbara

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011

TRISTÃO, Roseli M. Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da UFG. Goiânia, 1998.

FONTES MANUSCRITAS – ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 1.

Livro 1 – Batismos de Santa Luzia – 1749 a 1757

Livro 2 – Batismos de Santa Luzia – 1757 a 1760